

**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE NOVA FRIBURGO
CENF**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2002
OBJETO DE PUBLICAÇÃO**

I. Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

A Administração da CENF - Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo tem a satisfação de apresentar os resultados de 2002, acompanhados das demonstrações contábeis correspondentes.

1 Conjuntura nacional e aspectos administrativos

Embora o racionamento de energia elétrica tenha se encerrado em fevereiro de 2002, o resultado do exercício ainda teve forte influência desse programa de redução do consumo de energia na área de concessão da empresa. As vendas de energia da CENF aos seus quase 77 mil consumidores aumentaram apenas 1,4% em relação ao volume registrado em 2001, ficando abaixo das expectativas. Apesar dessa lenta recuperação do mercado, dos cortes nos orçamentos de despesas e investimentos, e a despeito das incertezas de natureza política, econômica e social a que temos presenciado, a administração da CENF não mediu esforços para a melhoria da qualidade dos serviços da empresa, sendo de se destacar a construção da subestação Conquista, de 138/11,4 kV – 10/12.5 MVA - e a execução de obras de distribuição, compreendendo, basicamente, a construção de 205 Km de redes urbanas e rurais, a implantação de 2.432 postes e 499 transformadores no município de Friburgo.

Essas e outras realizações no exercício resultaram em investimentos de R\$4.994 mil (R\$5.641 mil em 2001), o que representa cerca de 35% da geração de caixa da empresa, medida pelo EBITDA.

A seguir, indicadores financeiros relativos ao desempenho econômico-social da CENF:

Balanco Social

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
1. Indicadores econômico-financeiros (R\$ mil)		
1.1 - Receita Operacional Líquida	45.853	40.337
1.2 - Resultado Operacional (excluem R\$2.012 mil de juros sobre o capital próprio, em 2002, e R\$ 1.813 mil, em 2001)	9.680	8.194
1.3 - Folha de Pagamento Bruta	2.505	2.331
2. Indicadores Laborais (R\$ mil)		
2.1 - Alimentação	257	243
2.2 - Encargos Sociais	601	582
2.3 - Previdência Privada	9	5
2.4 - Saúde	49	46
2.5 - Educação	27	35
2.6 - Participação nos Resultados	415	300
2.7 - Outros Benefícios	48	50
Total - Indicadores Laborais (2.1 a 2.7)	1.406	1.261
3. Indicadores e Investimentos Sociais (R\$ mil)		
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	16.861	13.835
3.2 - Contribuição p/a Sociedade/Investimentos na Cidadania	166	87
3.3 - Programa Luz no Campo	863	338
3.4 - Programa de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento	268	437
Total – Indicadores e Investimentos Sociais (3.1 a 3.4)	18.158	14.697
4. Indicadores do Corpo Funcional		
4.1 - Nº de empregados ao final do período	91	97
4.2 - Nº de admissões durante o período	5	4

2 Mercado de energia elétrica

A CENF encerrou o exercício com 76.971 consumidores, 2,8% a mais que em 2001. O consumo de energia elétrica mostrou um comportamento abaixo das expectativas, tendo sido vendido 267 GWh aos seus consumidores finais, apenas 1,4 % a mais que em 2001. Por sua vez, a geração própria de energia elétrica foi de 51 GWh, contra 47 GWh em 2001. Por outro lado, as perdas de energia situaram-se em 8,1%, contra 9,1% em 2001, resultado das ações empreendidas nesse sentido, sobretudo à adoção de diretrizes emanadas do sistema de gestão, implantado na área comercial.

Com isso, a receita operacional bruta da CENF atingiu R\$60.438 mil, o que representa um acréscimo de 15,3% em relação à de 2001. No exercício, a CENF obteve um reajuste de 16,19 % nas suas tarifas de fornecimento, ocorrido em junho de 2002, com base na aplicação das fórmulas contratuais, que levam em conta a variação dos custos que a empresa teve no decorrer de doze meses.

3 Resultados econômico-financeiros

A CENF computou em 2002 um resultado dos serviços de energia elétrica de R\$10.882 mil, ou seja, 32,1% maior em relação ao obtido em 2001. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, ajustada pela provisões constituídas no exercício, alcançou R\$14.255 mil contra R\$11.348 mil, em 2001. O lucro líquido, por sua vez, atingiu R\$6.692 mil, significando uma melhoria de 11,9% no ano. Esse lucro líquido representa R\$0,07 por ação do capital social e uma rentabilidade de 18,9% sobre o patrimônio líquido do ano anterior.

Com isso, o patrimônio líquido da CENF, em 31 de dezembro de 2002, totalizou R\$40.121 mil, ou seja, R\$0,41 por ação.

4 Remuneração aos acionistas

A Administração proporá à Assembléia Geral a realizar-se brevemente a distribuição aos acionistas de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$2.012 mil, à razão de R\$0,020807 por ação ordinária ou preferencial. A data de início da distribuição desses juros será definida na referida Assembléia.

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001
(em milhares de reais)

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
1- GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de vendas de energia e serviços	60.438	52.419
Receitas não operacionais	361	324
Menos Insumos:		
Custo da energia comprada	17.843	16.918
Serviços de terceiros	7.466	6.857
Materiais	495	718
Outros custos operacionais	1.408	844
	<u>27.212</u>	<u>25.337</u>
2- VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>33.587</u>	<u>27.406</u>
Quotas de reintegrações	2.400	2.108
Provisão para contingências	171	149
3- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	<u>31.016</u>	<u>25.149</u>
Receitas financeiras	942	689
4- VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>31.958</u>	<u>25.838</u>
5- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	2.879	2.525
Governo: (impostos, taxas e contribuições)	16.861	2.525
Transferências intra-setoriais	3.385	2.605
Juros	1.662	470
Aluguéis	64	125
Distribuição do lucro		
Juros sobre capital próprio	2.012	1.813
Participação dos administradores	415	300
Reservas de lucros	335	2.093
Lucros retidos	4.345	2.072
	<u>31.958</u>	<u>25.838</u>

A Administração.

II . Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial - Ativo

Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo

CNPJ (MF) Nº 33.249.049/0001-06

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2002 e 2001

(Em milhares de reais)

Ativo	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Circulante		
Disponibilidades	749	206
Consumidores e concessionárias	10.343	6.762
Títulos de créditos a receber	1.235	1.495
Recomposição tarifária extraordinária	2.053	3.022
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(249)	(257)
Estoques	186	201
Impostos a recuperar	4.088	404
Despesas pagas antecipadamente	57	71
Outros créditos	1.611	-
	<u>20.073</u>	<u>11.904</u>
Realizável a longo prazo		
Recomposição tarifária extraordinária	10.084	6.044
Créditos tributários	1.088	1.118
Empréstimos com partes relacionadas	5.588	606
Depósitos judiciais	394	381
Impostos a recuperar	640	721
Programa emergencial de racionamento	2.418	1.436
Outros	371	62
	<u>20.583</u>	<u>10.368</u>
Permanente		
Investimentos	79	52
Imobilizado	35.193	34.371
Diferido	68	10
	<u>35.340</u>	<u>34.433</u>
TOTAL DO ATIVO	<u><u>75.996</u></u>	<u><u>56.705</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial - Passivo

Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo

CNPJ (MF) Nº 33.249.049/0001-06

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2002 e 2001

(Em milhares de reais)

Passivo	2002	2001
Circulante		
Fornecedores	3.125	3.301
Empréstimos e financiamentos	6.427	5.597
Folha de pagamento	412	258
Tributos e contribuições sociais	3.369	2.972
Juros sobre o capital próprio/dividendos	2.451	2.684
Encargos do consumidor a recolher	709	252
Obrigações estimadas	213	199
Outras contas a pagar	1.662	699
	<u>18.368</u>	<u>15.962</u>
Exigível a longo prazo		
Fornecedores	860	706
Empréstimos e financiamentos	7.609	542
Imposto de renda diferido	3.617	222
Tributos e contribuições sociais	1.967	2.234
Provisões para contingências	1.547	1.092
Outras contas a pagar	1.907	506
	<u>17.507</u>	<u>5.302</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	15.600	15.600
Reservas de capital	183	183
Reservas de lucros	24.338	8.669
Lucros acumulados	-	10.989
	<u>40.121</u>	<u>35.441</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>75.996</u>	<u>56.705</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações dos Resultados

Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo

CNPJ (MF) Nº 33.249.046/0001-06

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia elétrica	55.547	51.296
Suprimento de energia elétrica	4.105	409
Outras	786	714
	<u>60.438</u>	<u>52.419</u>
Deduções à receita operacional		
ICMS faturado	11.608	9.562
Pis e Cofins	2.254	1.914
Quotas para reserva global de reversão	723	606
	<u>14.585</u>	<u>12.082</u>
Receita operacional líquida	45.853	40.337
DESPESA OPERACIONAL		
Pessoal	2.879	2.525
Material	495	718
Serviços de terceiros	7.466	6.857
Energia elétrica comprada para revenda	17.843	16.918
Transporte de potência elétrica	96	41
Depreciação e amortização	2.400	2.108
Quota para conta de consumo de combustível	2.662	1.999
Provisão para contingências	171	149
Outras despesas	959	787
	<u>34.971</u>	<u>32.102</u>
Resultado do serviço	10.882	8.235
Receita (despesa) financeira		
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	802	689
Encargos de dívidas	(1.827)	(471)
Transferência para imobilizado em curso	13	2
Juros sobre o capital próprio	(2.012)	(1.813)
Outras	(190)	(261)
	<u>(3.214)</u>	<u>(1.854)</u>
Resultado operacional	7.668	6.381
Receita não operacional	361	324
Despesa não operacional	(417)	(141)
	(56)	183
Lucro antes da contribuição social, imposto de renda, participações e reversão dos juros sobre o capital próprio	7.612	6.564
Imposto de renda e contribuição social	(2.517)	(2.099)
Lucro antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	5.095	4.465
Participações de empregados e administradores	(415)	(300)
Lucro antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	4.680	4.165
Reversão dos juros sobre o capital próprio	2.012	1.813
Lucro líquido do exercício	6.692	5.978
Lucro líquido por ação - R\$	0,07	0,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo
CNPJ (MF) Nº 33.249.046/0001-06
Demonstrações das origens e aplicações de recursos
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001
(Em milhares de reais)

	2002	2001
Origens de recursos		
Das operações		
Lucro líquido do exercício	6.692	5.978
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:		
Depreciação e amortização	2.400	2.108
Valor residual de ativo permanente baixado	215	291
Juros e variações monetárias de itens de longo prazo	1.585	90
Recomposição tarifária extraordinária de longo prazo	(4.040)	(4.143)
Conta de variação de valores - CVA de longo prazo	-	(1.254)
Outros	201	442
	7.053	3.512
De terceiros		
Empréstimos captados	10.694	333
Contribuição de consumidores	1.499	478
	12.193	811
Total das origens	19.246	4.323
Aplicações de recursos		
No investimento	27	19
No imobilizado	4.936	5.641
No diferido	58	-
No realizável a longo prazo	6.183	815
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	267	207
Juros sobre o capital próprio	2.012	1.813
	13.483	8.495
Total das aplicações	13.483	8.495
Aumento (redução) do capital circulante líquido	5.763	(4.172)
Demonstração da variação do capital circulante líquido		
Ativo circulante		
No início do exercício	11.904	8.252
No fim do exercício	20.073	11.904
	8.169	3.652
Passivo circulante		
No início do exercício	15.962	8.138
No fim do exercício	18.368	15.962
	2.406	7.824
Aumento (redução) do capital circulante líquido	5.763	(4.172)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo
CNPJ (MF) Nº 33.249.046/0001-06
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001
(Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros					Total
	Capital social	Remuneração de imobilizado em curso	Outras reservas de capital	Estatutária	Legal	Lucros a realizar	Retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 01 de janeiro de 2001	15.600	179	4	3.561	594	2.905	-	8.433	31.276
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	(484)	-	484	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	5.978	5.978
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal	-	-	-	-	299	-	-	(299)	0
Juros sobre o capital próprio atribuídos aos dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(1.541)	(1.541)
Imposto de renda retido na fonte incidente sobre os juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(272)	(272)
Reserva estatutária	-	-	-	1.794	-	-	-	(1.794)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2001	15.600	179	4	5.355	893	2.421	-	10.989	35.441
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	(484)	-	484	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	6.692	6.692
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal	-	-	-	-	335	-	-	(335)	-
Juros sobre o capital próprio atribuídos aos dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(1.710)	(1.710)
Imposto de renda retido na fonte incidente sobre os juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(302)	(302)
Reserva estatutária	-	-	-	2.008	-	-	-	(2.008)	-
Retensão de lucros, conforme orçamento de capital	-	-	-	-	-	-	13.810	(13.810)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2002	15.600	179	4	7.363	1.228	1.937	13.810	-	40.121

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

III. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001 (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo - CENF é uma concessionária de serviços públicos de energia elétrica, que atende a 76.971 consumidores (quantidade não auditada pelos auditores independentes) no município de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e normas aplicáveis às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, preponderantemente o “Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica”, de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2002.

3 Sumário das principais práticas contábeis

- a) Consumidores e concessionárias engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada por estimativa, até o encerramento do balanço, reconhecidas pelo regime de competência;
- b) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos e levando em conta as instruções da ANEEL;
- c) Os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição, que não excede seu valor de mercado;
- d) Os investimentos estão contabilizados ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995;
- e) O imobilizado está demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As adições, a partir dessa data, estão contabilizadas ao custo. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens e são debitadas ao resultado do exercício ou ao custo das imobilizações em curso;
- f) Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, foram capitalizados e estão registrados neste subgrupo como custo. A CENF optou por não mais capitalizar os juros sobre os investimentos em imobilizado em curso financiados com recursos próprios a partir de 1999;
- g) O diferido está representado pelo custo de aquisição de software de manutenção de sistema corporativo. A amortização está sendo realizada pelo prazo de cinco anos;
- h) Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelas taxas contratuais na data de encerramento dos exercícios;

- i) O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro 2002 e 2001 foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371/02 e Deliberação CVM nº 273/97, respectivamente;
- j) As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos prováveis desfechos desfavoráveis;
- k) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência;
- l) Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- m) A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas de contabilidade emanadas da legislação societária brasileira requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica no Mercado Atacadista de Energia – MAE, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Provisão para Contingências.

4 Consumidores e concessionárias

Classes de consumo	Saldos Vincendos	Vencidos até 30 dias	Vencidos de 31 a 90 dias	Vencidos de 91 a 180 dias	Vencidos de 181 a 360 dias	Vencidos Há mais de 360 dias	Total	
							2002	2001
Residencial	1.377	624	154	49	3	6	2.213	1.541
Industrial	679	138	54	47	-	-	918	609
Comércio, serviços e outras atividades	629	251	101	40	-	14	1.035	814
Rural	40	38	5	1	-	-	84	55
Poder público:								
Federal	5	3	1	2	1	-	12	18
Estadual	10	7	4	5	4	1	31	46
Municipal	59	38	21	25	19	5	167	249
Iluminação pública	217	216	216	-	-	-	649	1.651
Serviço público	111	-	-	-	-	81	192	407
Subtotal – consumidores	3.127	1.315	556	169	27	107	5.301	5.390
Concessionárias (*)	-	-	-	-	-	-	3.354	158
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	-	1.688	1.214
Total	3.127	1.315	556	169	27	107	10.343	6.762

(*) Inclui energia vendida no Mercado Atacadista de Energia - MAE

O saldo da conta de consumidores e concessionárias inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito do Mercado Atacadista de Energia – MAE no montante de R\$2.858, relativos ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, deduzido da liquidação parcial ocorrida em 30 de dezembro de 2002. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pelo Mercado Atacadista de Energia - MAE. A liquidação financeira desses valores, incluindo os saldos registrados no passivo circulante de R\$153, que inclui os encargos de serviço de sistema, estava programada para 22 de novembro de 2002, mas foi

postergada em razão de novo acordo realizado entre as empresas do setor e o Governo. De acordo com o estabelecido nesse novo acordo, 50% do saldo líquido a receber/a pagar deveriam ter a liquidação iniciada até o fim do exercício de 2002 e o saldo remanescente liquidado após a conclusão dos trabalhos de auditoria a ser contratada para as contas do MAE.

A Resolução ANEEL nº 763 de 20/12/2002 em conjunto com os Despachos do MAE, estabeleceu a liquidação financeira das operações registradas no MAE, com o seguinte cronograma:

Créditos no MAE	Data de Liquidação
50% dos valores referentes a:	
• set/2000 a set/2002	Dez/2002
• out/2002	Jan/2003
• nov/2002	Fev/2003
• dez/2002	Fev/2003
Saldo remanescente	Após conclusão da auditoria a ser realizada nas contabilizações das operações registradas no MAE, com cronograma ainda a ser divulgado pelo MAE.

Até 31 de dezembro de 2002 a CENF recebeu R\$561. De acordo com as regras desse mercado, o saldo a receber da primeira parcela não liquidado deverá ser negociado bilateralmente entre as empresas do setor.

Abaixo, apresenta-se a posição junto ao MAE:

Composição dos créditos no MAE	
Setembro/2000 a dezembro/2002:	
• Parcela liberada para liquidação	1.538
• Parcela vinculada a liminares concedidas	343
• Parcela retida (aguardando finalização de auditoria nas contas do MAE)	1.538
• Liquidações ocorridas em dezembro de 2002	(561)

Saldo em 31 de dezembro de 2002	2.858

Liquidações ocorridas em janeiro e fevereiro de 2003	(711)

Os valores da energia no curto prazo podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº. 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE, incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

5 Recomposição tarifária extraordinária

Com base nas disposições contidas na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e na Resolução nº 91, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, de 21 de dezembro de 2001, e na Resolução nº 31, da ANEEL, de 24 de janeiro de 2002, foi instituída a recomposição tarifária extraordinária que está sendo efetivada por meio da aplicação de reajustes às tarifas de energia elétrica vigentes a partir 31 de dezembro de 2001, assim reconhecidas pela ANEEL:

- a) 2,9% para os clientes residenciais e rurais (exceto baixa renda).
- b) 7,9% para os demais clientes.

A referida recomposição visa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e foi implementada para suprir as perdas observadas em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, durante o período compreendido entre 01 de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002 a saber:

- a) Redução do consumo de energia elétrica do programa de racionamento no período;
- b) Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela A ; e
- c) Energia Livre – energia contratada pelos geradores para atender o período do Programa Emergencial. Conforme Resolução nº 36 de 29 de janeiro de 2003, alterada pela Resolução ANEEL nº 89 de 25 de fevereiro de 2003. Esses valores começarão a ser repassados aos geradores a partir de março de 2003.

Através das Resoluções nº 480, 481, 482 e 483 de agosto de 2002 da ANEEL, os valores homologados relativos à recomposição tarifária extraordinária, energia livre e parcela A, estão demonstrados a seguir:

	Recomposição tarifária	Energia livre	Parcela A	Total
Saldos em 31/12/2001	6.175	1.098	1.793	9.066
Ajuste conforme Resolução nº 480	1.031	-	-	1.031
Constituição conforme Resolução nº 481	2.059	(25)	-	2.034
Constituição Parcela A	-	-	122	122
Amortização	(2.046)	-	-	(2.046)
Atualização monetária	1.580	-	350	1.930
Saldos em 31/12/2002	8.799	1.073	2.265	12.137
Parcela de curto prazo	2.053	-	-	2.053
Parcela de longo prazo	6.746	1.073	2.265	10.084

A Resolução ANEEL nº 484 de 29 de agosto de 2002, estabeleceu a vigência do reajuste tarifário extraordinário – RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica das concessionárias de distribuição de energia elétrica pelo prazo máximo de 69 meses. A administração da CENF baseada em projeções internas espera realizar todos os créditos dentro dos prazos definidos por essa Resolução.

O BNDES aprovou linha de crédito para financiamento dos valores de recuperação das perdas decorrentes do Programa de Racionamento. O montante liberado até 31 de dezembro de 2002 é de R\$10.011.

5 Consumidores de baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos.

Em decorrência de nova classificação, a concessionária procedeu o levantamento das perdas de receita, tendo sido apurado o montante de R\$798 classificado na rubrica “Outros créditos” no ativo circulante. Esta receita será custeada com recursos financeiros oriundos do adicional de dividendos devidos à União pela ELETROBRÁS, associado às receitas adicionais auferidas pelas concessionárias geradoras, sob controle federal e na insuficiência dos referidos dividendos da Eletrobrás, com recursos da RGR – Reserva Global de Reversão. Simultaneamente, a CENF constituiu uma provisão no passivo circulante na conta “Outras contas a pagar” no montante de R\$907, objetivando a devolução dos valores faturados dos consumidores que ainda não tinham sido remanejados para sub-classe baixa-renda de acordo com a legislação em vigor.

7 Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida. Em 31 de dezembro de 2002, estes créditos montam em R\$1.235 (R\$1.495 em 2001) classificados no ativo circulante.

8 Impostos a recuperar

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
.Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	1.211	769
.Imposto de Renda a compensar	2.202	5
.Contribuição Social Sobre o Lucro a compensar	1.113	1
.Programa de Integração Social – PIS	93	96
.Contribuição para a Seguridade Social – COFINS	1	11
.Contribuições previdenciárias	108	243
	<u>4.728</u>	<u>1.125</u>
.Parcela de curto prazo	4.088	404
.Parcela de longo prazo	640	721

9 Créditos tributários

Representam créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	7.612	6.564
Receita (despesa) de imposto de renda e da contribuição social, calculados à alíquota efetiva	(2.588)	(2.232)
Ajustes:		
Itens permanentes	(149)	(56)
Outros	220	189
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(2.517)</u>	<u>(2.099)</u>
<u>Crédito tributário reconhecido no balanço</u>		
Base negativa de contribuição social	86	-
Diferenças temporárias		
Imposto de renda	778	869
Contribuição social	224	249
Total	<u>1.088</u>	<u>1.118</u>

Em 01 de julho de 2002, a CVM publicou a Instrução nº 371/2002, que estabelece novos critérios de avaliação e divulgação dos créditos fiscais diferidos. Baseada nas projeções de resultados, a Administração estima realizar os créditos fiscais no próximo exercício.

Em 31 de dezembro os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos – passivo, eram como segue:

Composição dos débitos tributários diferidos:	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Lucro inflacionário de anos anteriores	246	330
Receita diferida da recomposição tarifária extraordinária - RTE	3.479	-
Realização no exercício	<u>(108)</u>	<u>(108)</u>
Total	<u><u>3.617</u></u>	<u><u>222</u></u>

10 Imobilizado

Composição dos saldos e taxas anuais médias de depreciação:

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Em serviço			
Produção			
Geração hidráulica	2,83	4.477	3.975
Sistema de transmissão de conexão	2,83	704	619
Distribuição			
Linhas, redes e subestações	5,29	43.056	39.280
Comercialização	4,03	5.018	4.857
Administração	15,35	799	562
		<u>54.054</u>	<u>49.293</u>
Depreciação acumulada			
Produção			
Geração hidráulica		(1.346)	(1.239)
Sistema de transmissão de conexão		(19)	(1)
Distribuição			
Linhas, redes e subestações		(14.274)	(12.508)
Comercialização		(2.096)	(2.033)
Administração		(236)	(135)
		<u>(17.971)</u>	<u>(15.916)</u>
Em curso			
Produção			
Geração hidráulica		413	680
Sistema de transmissão de conexão		739	87
Distribuição			
Linhas, redes e subestações		3.342	4.017
Comercialização		7	50
Administração		57	109
		<u>4.558</u>	<u>4.943</u>
Subtotal		<u>40.641</u>	<u>38.320</u>
Obrigações vinculadas à concessão		(5.448)	(3.949)
Total		<u><u>35.193</u></u>	<u><u>34.371</u></u>

Os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação,

determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada até a definitiva aplicação na concessão.

As obrigações vinculadas à concessão (contribuições do consumidor), representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão da CENF.

11 Transações com partes relacionadas

Apresenta-se o saldo das operações efetuadas no exercício:

	2002	2001		
	Cia. Força e Luz Cataguazes- Leopoldina	Cia. Força e Luz Cataguazes- Leopoldina	Saelpa	Total
Saldos:				
Adiantamentos e empréstimos				
. A receber	5.588	278	328	606
Transações:				
. Serviços contratados	(6.032)	(5.826)	-	(5.826)
. Aluguel de equipamentos	(48)	-	-	-
. Receita financeira	148	274	14	288

As transações de adiantamento e empréstimos são remuneradas a juros compatíveis de mercado.

Os serviços contratados, referentes às áreas administrativas e apoio, foram realizados em condições usualmente praticadas e estão registrados como despesa na rubrica serviços de terceiros.

As transações estão suportadas por contratos que foram submetidos ao conhecimento/aprovação da ANEEL.

12 Empréstimos e financiamentos

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Em moeda nacional, com juros de 5% a.a. e atualização monetária com base na variação da Ufir (Eletrobrás) RGR	1.014	482
Em moeda nacional, com juros de 10% a.a. acima da taxa CDI (Bradesco)	-	1.008
Em moeda nacional com juros de 6% a 7,5% a.a. e variação monetária com base na TJLP (Finame)	11	34
Em moeda nacional, com juros de até 11,35% a.a. acima da taxa do CDI (Banco Mercantil e Bradesco)	4.047	4.512
Em moeda nacional, com juros de 2% e 4,5% a.a. e atualização monetária com base na variação da CDI e TJLP, respectivamente (Finame e Compror)	89	103
Em moeda nacional, com juros de 1% a.a. e atualização monetária com base na variação da Taxa Selic (BNDES)	8.875	-
	<u>14.036</u>	<u>6.139</u>
Parcela de curto prazo	6.427	5.597
Parcela de longo prazo	7.609	542

Os financiamentos obtidos junto ao Finame e Compror estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

O financiamento obtido junto à Eletrobrás está garantido com vinculação da receita própria da CENF.

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	<u>2002</u>
2004	3.508
2005	3.207
2006	742
2007	152
	<u>7.609</u>

13 Programa de recuperação fiscal (Refis)

A CENF aderiu, em dezembro de 2000, ao programa de recuperação fiscal – Refis, aprovado pela Lei nº 9.964, de abril de 2000. Os ajustes decorrentes do reconhecimento dos débitos, em razão da desistência do processo judicial da aplicação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins sobre as operações com energia elétrica, estão registrados na rubrica “tributos e contribuições sociais” no passivo circulante e exigível a longo prazo e podem ser demonstrados como se segue:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Valor do débito constituído	2.762	3.349
(+) Atualização da dívida pela TJLP (outras despesas financeiras)	219	253
(-) Liquidação de parcelas	<u>(773)</u>	<u>(840)</u>
(=) Saldo da dívida	<u>2.208</u>	<u>2.762</u>
Parcela de curto prazo (inclusos na rubrica tributos e contribuições sociais)	750	528
Parcela de longo prazo (inclusos na rubrica tributos e contribuições sociais)	1.458	2.234

Pelas projeções da CENF, estima-se a realização total da dívida pelo prazo de 37 meses.

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 82.215.000 ações ordinárias e 14.483.948 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais terão todos os direitos reservados às ações ordinárias, menos o de voto nas Assembléias, direito esse que adquirirão nos casos previstos na legislação vigente.

14.2 Juros sobre o capital próprio/dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, os quais estão sendo propostos na forma de juros sobre capital próprio.

Os dividendos mínimos obrigatórios no encerramento do exercício foram calculados como se segue:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Lucro líquido do exercício	6.692	5.978
Reserva legal	(335)	(299)
Realização de reserva de lucros a realizar	<u>484</u>	<u>484</u>
Lucro líquido ajustado	<u>6.841</u>	<u>6.163</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>1.710</u>	<u>1.541</u>

A Administração está propondo o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$2.012, ou seja, R\$20,8070 por lote de mil ações (R\$1.813 em 2001), a serem imputados aos dividendos do exercício.

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesa financeira, conforme previsto na legislação fiscal, em contrapartida do passivo circulante. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, o valor desses juros está sendo revertido e demonstrado como uma redução à conta de Lucros Acumulados, no Patrimônio Líquido.

14.3 Reserva estatutária

O estatuto social também prevê a constituição de uma reserva estatutária com 30% do lucro líquido do exercício, limitada a 80% do capital social, destinada à ampliação e renovação de instalações e investimentos. Em 31 de dezembro de 2002, a reserva constituída foi de R\$2.008 (R\$1.794 em 2001).

14.4 Reserva de lucros a realizar

Constituída até 31 de dezembro de 1995, com base no saldo da correção monetária de balanço, sendo revertida para lucros acumulados, integrando a base de cálculo dos dividendos, quando esses lucros são realizados mediante alienação, baixa ou depreciação dos ativos a que se vinculam.

14.5 Retenção de lucros

A administração está propondo a retenção de R\$13.810 dos lucros acumulados para fins de aplicação nos investimentos, apresentados em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral.

14.6 Excesso de reserva de lucros sobre o capital social

Em 31 de dezembro de 2002, o saldo das reservas de lucros e lucros retidos excedem o capital social em R\$8.738. A Assembléia Geral, deliberará sobre a destinação do referido excesso.

15 Fornecimento de energia elétrica

	Não auditado					
	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001
Residencial	68.013	66.247	117.566	115.325	26.939	22.958
Industrial	399	236	59.211	59.243	9.305	7.200
Comercial	7.586	7.488	52.992	52.818	10.786	9.540
Rural	607	565	6.603	6.294	778	646
Poder público:						
. Federal	44	39	649	611	117	94
. Estadual	65	56	952	892	169	137
. Municipal	168	159	2.590	2.429	528	424
Iluminação pública	1	1	16.955	15.431	2.132	1.651
Serviço público	70	70	9.024	9.738	1.254	1.176
Consumo próprio	17	17	318	366	-	-
Subtotal	76.970	74.878	266.860	263.147	52.008	43.826
ICMS faturado	-	-	-	-	(11.608)	(9.562)
Ajuste a recomposição tarifária extraordinária	-	-	-	-	3.065	7.273
Suprimento de energia elétrica	1	1	63.861	5.797	4.105	409
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	1.917	(260)	473	197
Outras receitas	-	-	-	-	787	714
Total	76.971	74.879	332.638	268.684	48.830	42.857

16 Remuneração dos administradores

A rubrica despesas de pessoal inclui o montante de R\$548 (R\$604 em 2001), referente à remuneração dos administradores.

17 Provisões para contingências

Contingências	2002			2001		
	Valor da provisão		Depósitos Judiciais	Valor da provisão		Depósitos Judiciais
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
<u>Trabalhistas</u>						
Empregados	14	69	25	(14)	55	25
Serviços de terceiros	-	299	-	(137)	299	-
Subtotal	14	368	25	(151)	354	25
<u>Cíveis</u>						
Consumidores	(43)	349	369	299	392	356
<u>Fiscais</u>						
Sat, Sebrae, Inss e Pis	484	830	-	346	346	-
TOTAL	455	1.547	394	494	1.092	381

No exercício de 2002, R\$284, está contabilizado na rubrica outras despesas financeiras, R\$171 em provisão para contingências. Em 2001, R\$246 está contabilizado na rubrica despesa operacional - pessoal, R\$149 em provisão para contingências e R\$99 em outras despesas financeiras.

18 Cobertura de seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas e suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e estoques.

19 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, encontram-se registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado. A CENF não opera com derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

20 Plano de aposentadoria

A CENF implementou em dezembro de 2000 o Fundo de Complementação de Aposentadoria Cat-Leo, na modalidade de contribuição definida, para o qual tanto a CENF quanto os empregados são contribuintes. A contribuição no exercício montou em R\$16 (R\$5 em 2001).

21 Contrato de concessão de distribuição

A CENF assinou, em 18 de junho de 1999, com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o contrato de geração e distribuição de energia elétrica, com prazo de concessão até 7 de julho de 2015, podendo ser renovado por 20 anos.

22 Programa Emergencial de Racionamento

A CENF possui registrado os seguintes valores referentes ao Programa de Racionamento de Energia, já revisados pela ANEEL.

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Custos do racionamento – (Realizável a longo prazo)	313	290
Sobretaxa (*) – (Outras contas a pagar – Exigível a longo prazo)	(1.907)	(573)
Bônus – (Realizável a longo prazo)	2.105	1.146
Total a receber	<u>511</u>	<u>863</u>

(*) Inclui aportes recebidos

23 Resultado por atividade

A ANEEL através do Ofício Circular nº 155/2003 – SFF/ANEEL, de 24/01/2003, dispensou a publicação de forma segregada das atividades de distribuição e comercialização, em face da ausência de definição da tarifa de transferência de receita da atividade de comercialização para a atividade de distribuição.

Em atendimento ao Ofício Circular nº 838/2000 da ANEEL, apresenta-se a demonstração do resultado por atividade.

	2002			2001		
	Não auditado		Total	Não auditado		Total
	Geração	Distribuição		Geração	Distribuição	
Receita operacional						
Fornecimento de energia elétrica	2.738	52.809	55.547	2.209	49.087	51.296
Suprimento de energia elétrica	-	4.105	4.105	-	409	409
Outras	-	786	786	-	714	714
	2.738	57.700	60.438	2.209	50.210	52.419
Deduções à receita operacional						
Quota para reserva global de reversão	78	645	723	59	547	606
Impostos e contribuições sobre a receita	102	13.760	13.862	81	11.395	11.476
	180	14.405	14.585	140	11.942	12.082
Receita operacional líquida	2.558	43.295	45.853	2.069	38.268	40.337
Despesa Operacional						
Pessoal	474	2.405	2.879	80	2.445	2.525
Material	3	492	495	4	714	718
Serviços de terceiros	608	6.858	7.466	91	6.766	6.857
Energia elétrica comprada para revenda	-	17.843	17.843	-	16.918	16.918
Quota para a conta de consumo de combustível	-	2.662	2.662	-	1.999	1.999
Depreciação e amortização	130	2.270	2.400	99	2.009	2.108
Provisões	-	171	171	-	149	149
Outras despesas	12	1.043	1.055	11	817	828
	1.227	33.744	34.971	285	31.817	32.102
Resultado do Serviço	1.331	9.551	10.882	1.784	6.451	8.235
Resultado financeiro	(83)	(3.131)	(3.214)	(65)	(1.789)	(1.854)
Resultado operacional	1.248	6.420	7.668	1.719	4.662	6.381
Resultado não operacional	-	(56)	(56)	-	183	183
Lucro antes da contribuição social, Imposto de renda, participações e reversão dos juros sobre o capital próprio	1.248	6.364	7.612	1.719	4.845	6.564
Contribuição social	(80)	(403)	(483)	(152)	(429)	(581)
Imposto de renda	(333)	(1.701)	(2.034)	(399)	(1.119)	(1.518)
Lucro antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	835	4.260	5.095	1.168	3.297	4.465
Participações dos empregados e administradores	(66)	(349)	(415)	(75)	(225)	(300)
Lucro antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	769	3.911	4.680	1.093	3.072	4.165
Reversão dos juros sobre o capital próprio	331	1.681	2.012	473	1.340	1.813
Lucro líquido do exercício	1.100	5.592	6.692	1.566	4.412	5.978

IV. Parecer dos Auditores Independentes

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo
Rio de Janeiro – RJ

1. Examinamos o balanço patrimonial da COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE NOVA FRIBURGO, levantado em 31 de dezembro de 2002, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo, em 31 de dezembro de 2002, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme detalhado na nota explicativa nº. 4 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2002, a Companhia tem registrado, no ativo circulante, valores a receber no montante de R\$2.858 mil, relativos às transações de venda de energia realizada no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE e, no passivo circulante, valores a pagar no montante de R\$153 mil, relativo aos encargos de serviço sistema, ambos com base em cálculos preparados e divulgados pelo MAE. Esses valores podem estar sujeitos a modificação dependendo da decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor.

A liquidação financeira desses valores, programada para 22 de novembro de 2002, foi postergada em razão de novo acordo entre as empresas do setor e o governo. Após 31 de dezembro e até a data deste parecer, a Sociedade recebeu R\$711 mil. O sucesso dessa negociação e liquidação depende da capacidade financeira das empresas do setor em honrar seus compromissos.

5. Em 21 de dezembro de 2001, foi editada a Medida Provisória nº. 14, convertida na Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, disciplinando, entre os assuntos, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das empresas distribuidoras de energia elétrica, garantido nos contratos de concessão, em razão do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica. As informações detalhadas e os impactos sobre a situação patrimonial e financeira e no resultado das operações relativos ao Acordo Geral do Setor Elétrico estão divulgados na nota explicativa nº. 5 às demonstrações financeiras.
6. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2001,

apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer de auditoria em 27 de março de 2002, sem ressalvas e incluindo parágrafo de ênfase mencionando que os valores a receber relativos ao período de racionamento encontravam-se pendentes de revisão e homologação e os saldos de energia comercializada no âmbito do MAE foram registrados com base em dados preliminares fornecidos pelo ASMAE.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2003

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/S-RJ

Marcelo C. Almeida
Contador
CRC-RJ 36206-3/0